

ESP-CORREGEDORIA DA POLICIA MILITAR

Edital 21/2026

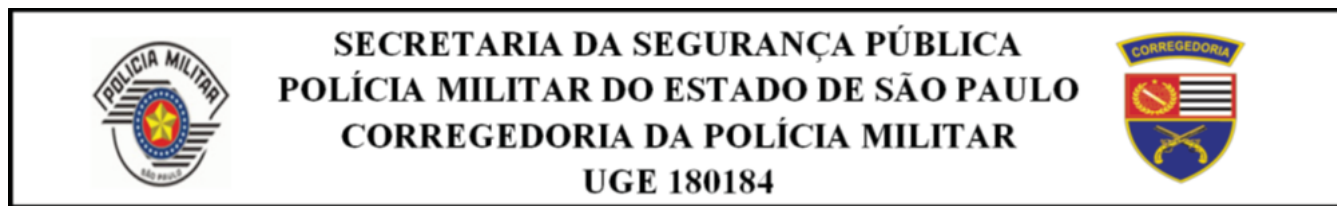
Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2026	180184-ESP-CORREGEDORIA DA POLICIA MILITAR	THIAGO GRAVA	11/06/2026 14:57 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		20260413638

PREGÃO ELETRÔNICO



PREGÃO ELETRÔNICO

90021/2026

CONTRATANTE (UASG)

(180184)

OBJETO

Serviço de limpeza de calhas e condutores pluviais, higienização de reservatórios de água potável e limpeza de caixas de inspeção de esgoto da CORREGEDORIA PM.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 66.500,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia /06/2026 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço

Modo de disputa:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº CorregPM-184/0012/2026.
Processo SEI nº 057.0021223/2026-91
Processo Administrativo nº 20260413638

Torna-se público que a Corregedoria da Polícia Militar, por meio da Seção de Despesas Orçamento e Custos, sediada na Rua Alfredo Maia nº 58, Luz, São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a realização de serviço de limpeza de calhas e condutores pluviais, higienização de reservatórios de água potável e limpeza de caixas de inspeção de esgoto da CORREGEDORIA PM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇO

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br /compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os itens 01, 02 e 03 a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de

6.8.1. R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos) para grupo de itens.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico correguge@policiamilitar.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: correguge@policiamilitar.sp.gov.br.

14.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

14.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no sítio eletrônico na Internet compras.gov.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

14.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

14.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, tribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.imprensaoficial.com.br.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. Anexo I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. Anexo II – Minuta de Nota de Empenho;

14.15.3. Anexo III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicáveis;

14.15.4. Anexo IV – Modelo referente a planilha de proposta;

14.15.5. Anexo V – Modelo de Declaração.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

THIAGO GRAVA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 11/06/2026 às 14:57:32.

MOISES EMIDIO DOS SANTOS

Subscritor do Edital

LEANDRO GARCIA SOUZA

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 2. TR 18_2026.pdf (207.01 KB)
- Anexo II - 3. ETP33_2026.pdf (145.14 KB)
- Anexo III - Anexo II - Minuta de Nota de Empenho - Medalhas.pdf (587.04 KB)
- Anexo IV - Anexo III - SANCOES.pdf (509.11 KB)
- Anexo V - ANEXO IV - PLANILHA DE PROPOSTA.pdf (296.9 KB)
- Anexo VI - ANEXO V - Modelo de Declaracoes.pdf (260.21 KB)

ESP-CORREGEDORIA DA POLICIA MILITAR

Termo de Referência 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	180184-ESP-CORREGEDORIA DA POLICIA MILITAR	MOISES MERCES PINERES	08/04/2026 08:40 (v 0.15)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	31/2026	057.00152640/2026-78

1. Definição do objeto

TERMO DE REFERÊNCIA

CORREGEDORIA DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de empresa especializada para a prestação de 3 (três) manutenções predial preventivas, compreendendo: (i) **limpeza de calhas e condutores pluviais**; (ii) **higienização de reservatórios de água potável**; e (iii) **limpeza de caixas de inspeção de esgoto**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	MEDIDA POR LIMPEZA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL LIMPEZA (R\$)
01	Manutenção de silos e Calhas	2496	METRO LINEAR (3 limpezas-mai-ago-nov)	3300	R\$ 15,00	R\$ 49.500,00
02	Manutenção / Higienização de Reservatório de Água Potável	13595	UNIDADE	23	R\$ 500,00	R\$ 11.500,00

03	Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo / Caixa de Inspeção	16527	UNIDADE	10	R\$ 550,00	R\$ 5.500,00
Total						R\$ 66.500,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O contrato extinguir-se-á a vigência contratual permanecerá até o término do prazo de garantia dos serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2. Fundamentação da contratação

2.1. A contratação contempla 3 serviços distintos: Apenas o serviço de limpeza de calhas consta no PCA 2025. Os serviços de higienização de reservatórios de água e limpeza de caixa de inspeção não constam do PCA 2025, razão pela qual sua contratação é justificada pela necessidade superveniente de manutenção preventiva e salubridade predial

2.1.1. Limpeza de calhas: Referenciado ao (Processo nº 180184/000031/2026);

2.1.2. Limpeza de reservatórios de água; nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

2.1.3. Limpeza de caixa de inspeção esgoto

2.2. O presente projeto contempla a execução de 3 (três) serviços distintos de manutenção preventiva, conforme descrito a seguir:

2.2.1. Limpeza de calhas: A limpeza abrangerá 1.100 (mil e cem) metros lineares de calhas por ciclo de execução, distribuídos entre as instalações da Corregedoria PM. Considerando a realização de 3 (três) ciclos programados de limpeza, nos meses de maio, agosto e novembro, o quantitativo total estimado para contratação corresponde a 3.300 (três mil e trezentos) metros lineares, na sede Base e o Departamento Técnico, Base II.

2.2.2. Higienização de reservatórios de água potável: Serão executadas limpezas em 23 (vinte e três) reservatórios de água, sendo 12 (doze) localizados na Base I e 11 (onze) localizados na Base II, com execução prevista para o mês de junho.

2.2.3. Limpeza de caixas de inspeção de esgoto: Serão executadas limpezas em 10 (dez) caixas de inspeção de esgoto, distribuídas entre as dependências da Corregedoria PM, com execução prevista para o mês de junho.

2.2.4. A execução dos serviços visa assegurar a adequada conservação predial, a salubridade das instalações e o regular funcionamento dos sistemas de drenagem pluvial, abastecimento de água e esgotamento sanitário.

2.3. Responsabilidade ambiental e destinação dos resíduos.

2.3.1. As empresas vencedoras do certame licitatório (pregão) serão inteiramente responsáveis pela coleta, remoção, transporte e descarte adequado de todos os resíduos sólidos e materiais provenientes dos serviços realizados.

2.3.2. Os resíduos deverão ser destinados a locais devidamente licenciados e ambientalmente apropriados, conforme determina a legislação ambiental em vigor.

2.4. Esta obrigação está em conformidade com o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece:

“Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.”

2.5. Portanto, caberá à contratada garantir que não haja descarte irregular de resíduos, sendo exigido, inclusive, comprovante de destinação adequada, como Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) ou documento equivalente, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação.

2.6. Limpeza de caixa de inspeção esgoto.

2.6.1 Fundamentação da contratação

2.6.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2025, sendo:

- **Limpeza de caixa de inspeção de esgoto.**

2.6.3. O presente projeto contempla a execução do serviço de manutenção preventiva, exclusivamente voltado à limpeza de caixa de inspeção de esgoto, conforme descrito a seguir:

2.6.1. Limpeza de caixa de inspeção de esgoto: A limpeza abrangerá um total de **10 (dez caixas de inspeção)**, a serem atendidas em datas previamente definidas conforme cronograma.

2.6.2. A execução visa assegurar o correto funcionamento do sistema de esgotamento sanitário, evitando obstruções, transbordamentos e riscos à saúde pública e ao meio ambiente, em conformidade com as normas técnicas e de saneamento vigentes.

2.7. Responsabilidade ambiental e destinação dos resíduos.

2.7.1. A empresa vencedora do certame licitatório será inteiramente responsável pela coleta, remoção, transporte e descarte adequado de todos os resíduos sólidos, efluentes e materiais provenientes dos serviços realizados.

2.7.2. Os resíduos deverão ser destinados a locais devidamente licenciados e ambientalmente apropriados, conforme determina a legislação ambiental em vigor.

2.8. Esta obrigação está em conformidade com o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece:

“Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.”

2.9. Portanto, caberá à contratada garantir que não haja descarte irregular de resíduos, sendo exigido, inclusive, comprovante de destinação adequada, como Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) ou documento equivalente, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. Requisitos de Contratação

Sustentabilidade

A contratação envolverá três serviços distintos: **limpeza de calhas**, **limpeza de reservatórios de água**, e **Limpeza de caixa de inspeção de esgoto**, ambos essenciais para a manutenção preventiva das instalações. Para ambos os serviços, deverão ser observados os seguintes requisitos de sustentabilidade:

4.1 Requisitos Gerais

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente incluídos na descrição técnica de cada objeto, aplicam-se as seguintes exigências:

4.1.1 Produtos Sustentáveis

A empresa contratada deve utilizar **produtos de limpeza biodegradáveis e não tóxicos**, livres de cloro ou agentes químicos agressivos, tanto na limpeza de calhas quanto na dos reservatórios de água, a fim de evitar a contaminação do solo e da água e reduzir impactos ambientais.

4.1.2 Uso Racional da Água

Deve-se otimizar o uso de água em ambos os serviços, empregando técnicas como **lavagem a jato ou pressão controlada**, visando à redução de desperdício.

4.1.3 Descarte Correto de Resíduos.

A empresa deverá realizar o descarte adequado dos **resíduos sólidos e líquidos** gerados durante a limpeza, observando especialmente os resíduos contaminados, que **não poderão ser descartados diretamente em redes de esgoto ou corpos d'água**.

4.1.4 Manutenção Preventiva

Para a **limpeza de calhas**, a contratada deve adotar práticas regulares de manutenção que evitem o acúmulo excessivo de resíduos. Para **reservatórios de água**, recomenda-se a programação periódica de higienização para evitar formações de limo, biofilmes ou incrustações.

4.1.5 Capacitação Técnica

A empresa deve oferecer treinamento à sua equipe para adoção de **práticas sustentáveis**, como uso eficiente de água e produtos, técnicas adequadas de higienização de calhas e reservatórios, e segurança na execução dos serviços.

4.1.6 Eficiência Energética

Sempre que possível, utilizar **equipamentos modernos e eficientes**, com baixo consumo de água e energia, que garantam eficácia tanto na limpeza das calhas quanto dos reservatórios.

4.1.7 Reutilização de Materiais

Adotar a reutilização de materiais de limpeza, como **panos, escovas e equipamentos laváveis**, devidamente higienizados, minimizando o uso de descartáveis.

4.1.8 Controle de Qualidade

Para o serviço de **limpeza de reservatórios de água**, a empresa deverá realizar **testes da qualidade da água antes e depois da execução do serviço**, assegurando a segurança sanitária. No caso das calhas, será exigida verificação visual e funcional do escoamento de água.

4.1.9 Energia Sustentável

Sempre que viável, os serviços poderão ser executados com **equipamentos alimentados por energia renovável**, como energia solar, contribuindo para a redução da pegada de carbono.

4.1.10 Normas de Saúde e Segurança

Os serviços deverão atender às **normas legais de saúde, segurança e higiene do trabalho**, conforme diretrizes do Ministério do Trabalho e Emprego. A empresa contratada deverá, ainda, repassar orientações aos funcionários sobre o uso consciente de energia e recursos naturais.

4.1.11 Compromisso Ambiental

Esses requisitos visam garantir que os serviços de **limpeza de calhas e reservatórios de água** sejam executados de forma ambientalmente responsável, segura e eficiente, promovendo práticas sustentáveis nas dependências públicas.

4.2. Na presente contratação não se indica marca específica, exceto em situações excepcionais devidamente justificadas no Estudo Técnico Preliminar, conforme art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Caso haja necessidade de referência a determinada marca, modelo ou característica, esta será utilizada apenas como parâmetro de qualidade, devendo constar a expressão “ou equivalente” ou “ou similar”, garantindo a aceitação de produtos de qualidade compatível pela Administração.

4.2.1 Garantia

Não será exigida a prestação de garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme expressamente justificado no Estudo Técnico Preliminar que integra este Termo de Referência.

4.3 Contrato

O contrato a ser firmado contemplará detalhadamente as regras e condições específicas para cada serviço contratado, inclusive os critérios de sustentabilidade aqui dispostos, aplicáveis à limpeza de calhas e de reservatórios de água.

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO PARA LIMPEZA DE CALHA.

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica.,

5.1.1. Início da execução do objeto:

5.1.1.1. A limpeza: até 15 dias após a emissão de Nota de empenho, em data a ser acordada com a administração pública.

5.1.2. Cronograma previsto para execução dos serviços, totalizando 3300 metros lineares.

BASE 1 - Sede - Rua Alfredo Maia, 58, bairro da Luz, São Paulo.

Área: 754 Metros Lineares

MAIO	AGOSTO	NOVEMBRO
1ª LIMPEZA	2ª LIMPEZA	3ª LIMPEZA

BASE 2 - Rua Santa Leocádia, 130 – Vila Isolina Mazzei – São Paulo

/SP

Área: 346 METROS

MAIO	AGOSTO	NOVEMBRO
1ª LIMPEZA	2ª LIMPEZA	3ª LIMPEZA

5.2 Metodologia de Limpeza de Calha

A limpeza de calhas deverá ser realizada de forma a garantir o pleno escoamento das águas pluviais, prevenindo obstruções, infiltrações e danos estruturais. A execução dos serviços observará os princípios da eficiência, economicidade, segurança e adequação à finalidade, conforme estabelece a **Lei nº 14.133/2021**.

5.2.1 Planejamento e Segurança

- Antes do início das atividades, a equipe deverá realizar uma vistoria prévia no local para identificação de pontos críticos, acesso às calhas e presença de resíduos.
- Será obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como capacete, luvas, óculos de proteção, botas antiderrapantes, cinturão de segurança tipo paraquedista e talabarte de segurança, conforme normas da NR 6 e NR 35.
- A área de trabalho deverá ser devidamente sinalizada e isolada com fita de advertência e placas, prevenindo riscos a terceiros e garantindo a segurança do local.
- Em áreas elevadas, o acesso será feito com escadas estabilizadas, andaimes com guarda-corpo ou plataformas elevatórias, conforme a necessidade e em conformidade com as normas regulamentadoras vigentes.

5.2.2 Execução da Limpeza

- A remoção de resíduos sólidos será feita manualmente, utilizando ferramentas apropriadas, como pás plásticas, espátulas e vassouras, evitando danos às calhas e estruturas adjacentes.
- Serão retirados resíduos como folhas, galhos, terra, areia, ninhos, detritos plásticos e outros materiais que possam obstruir o fluxo de água.
- Após a limpeza manual, será realizada lavagem com água pressurizada ou mangueiras para garantir a desobstrução completa das calhas e condutores verticais.
- Quando necessário, os condutores de descida serão desobstruídos com hastes flexíveis, mangueiras de alta pressão ou equipamentos apropriados.
- Os resíduos coletados deverão ser devidamente acondicionados e descartados conforme as normas ambientais vigentes.

5.2.3 Inspeção Final

- Após a limpeza, será realizada uma inspeção visual e funcional das calhas para verificar a fluidez da água, bem como identificar vazamentos ou danos estruturais.
- Deverá ser emitido relatório técnico com registro fotográfico **antes e depois da execução**, contendo a descrição dos serviços realizados, anomalias detectadas e recomendações de manutenção, quando aplicável.

5.2.4 Periodicidade

- Em razão das condições específicas do imóvel, como alta concentração de resíduos vegetais e o acúmulo acelerado de detritos, **os serviços de limpeza de calha deverão ser executados no cronograma citado no 5.1.2.**
- Tal frequência visa garantir a manutenção preventiva eficaz do sistema pluvial, evitando transtornos operacionais e estruturais, conforme preconizado pelo **planejamento e gestão eficiente dos contratos administrativos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021**, especialmente em seu art. 11, que trata da busca pela melhor relação entre custos e benefícios para a Administração Pública.

5.2.5 Responsabilidades

- **Da contratada:**
 - Disponibilizar mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos e todos os EPIs necessários.
 - Cumprir as normas técnicas e regulamentações aplicáveis.
 - Garantir a segurança da equipe e a integridade do imóvel durante a execução dos serviços.
- **Da contratante:**
 - Facilitar o acesso aos locais a serem limpos.
 - Acompanhar a execução dos serviços, caso julgue necessário.
 - Verificar e aprovar os relatórios apresentados, observando o cumprimento das condições contratuais.

5.3. TOTAL DAS ÁREAS / REALIZAÇÃO DO SERVIÇO:

5.3.1. Serviço de limpeza de calhas da Corregedoria da Polícia Militar, abrangendo a Sede e o Departamento Técnico, tanto nas áreas externas, totalizando 1100 metros lineares.

5.4. Áreas abrangidas:

5.4.1. Prédio Operacional (Sede e Base II);

5.4.2. Prédio Administrativo (Sede e Base II);

5.4.3. Prédio Motomec e Alojamento de Oficiais Masculinos (Sede);

5.4.4. Prédio Alojamento de Sargentos Masculino Cabos e Soldados, Saf, Unidade Integrada de Saúde (UIS) (Sede);

5.4.5. Área dos alojamentos (Sede e Base II);

5.4.6. **Refeitórios** (Sede e Base II);

5.4.7. Áreas da academia de musculação, Seção Logística (Sede e Base II);

5.4.8. Demais áreas: estacionamento, garagens e outras (Sede e Base II).

5.4.9. Seção de Permanência (Sede)

5.5. LOCAL E HORÁRIO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

5.5.1. Locais:

5.5.1.1. Rua Alfredo Maia, 58 - Luz, SP - CEP: 01106-010 (Base I);

5.5.1.2. Rua Santa Leocádia, 130 – Vila Izolina Mazzei – SP – CEP: 02082-000.

5.5.2. Horário: das 07h00 às 17h00 (a ser acordado com a administração).

5.6. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS:

5.7.1. Responsabilidade da contratada: fornecimento de todos os materiais/equipamentos necessários.

5.8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO:

5.8.1. Área total do serviço: 1.100 metros lineares (externa).

5.9. GARANTIA DO SERVIÇO:

5.9.1. Se necessário, a administração poderá solicitar reforço na limpeza, a qual deverá ser realizada em data acordada e agendada em até 10 dias após o recebimento da notificação;

5.9.2. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO PARA LIMPEZA DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA

5.10.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.10.1.1. Início da execução do objeto: 15 dias após o recebimento da nota de empenho.

5.10.1.2. A execução do serviço contratado será realizada nas dependências da Corregedoria PM. Os horários deverão ser acertados com a fiscalização para que não haja prejuízos à rotina da unidade nem interrupção do fornecimento de água, preservando a saúde de funcionários civis e visitantes.

5.10.2. Cronograma previsto para execução dos serviços de limpeza de reservatório de água

BASE 1 - Sede - Rua Alfredo Maia, 58, bairro da Luz, São Paulo/SP

12 reservatórios

LIMPEZA DE CAIXA DE AGUA
JUNHO/2026

BASE 2 - Rua Santa Leocádia, 130 – Vila Isolina Mazzei – São Paulo/SP

11 reservatórios

LIMPEZA
JUNHO/2026

5.10.3. Metodologia de Limpeza de Caixa de Água

5.10.3.1. Materiais a serem disponibilizados.

5.10.3.2. Encher a caixa e verificar a qualidade da água:

5.10.3.2.1. Fechar o registro de saída, abrir a entrada e encher a caixa completamente.

5.10.3.2.2. Após 1 hora:

- **5.10.3.2.2.1.** Testar o cloro residual (deve estar entre 0,5 e 2,0 ppm) com kit de teste.
- **5.10.3.2.2.2.** Enviar amostra para análise bacteriológica em laboratório.

5.10.4 A Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades adequadas para a perfeita execução do serviço.

5.10.5.1. A demanda do órgão considera:

- **5.10.5.1.1.** Limpeza de 23 (vinte e três) reservatórios de água.

5.10.6. Especificação da Garantia do Serviço

(Art. 40, §1º, III, da Lei nº 14.133/2021)

5.10.6.1. Uma vez notificada, a Contratada deverá realizar reforço da aplicação dos produtos, se necessário.

5.10.6.2. O prazo de garantia contratual dos serviços será aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.10.7. Total das Áreas/Realização do Serviço

Serviço de limpeza dos 23 reservatórios de água da Corregedoria da Polícia Militar:

Base 1 – Sede (12 reservatórios):

- **5.10.7.1.** 01 – Lava Rápido (Motomec)
- **5.10.7.2.** 01 – Alojamento Tenentes/Sargentos Masculino
- **5.10.7.3.** 01 – UIS
- **5.10.7.4.** 02 – Cabos/Soldados Masculino
- **5.10.7.5.** 02 – Logística
-
- **5.10.7.6.** 01 – Prédio da Permanência
-
- **5.10.7.7.** 01 – Copa dos Oficiais
- **5.10.7.8.** 01 – Alojamento dos Capitães
- **5.10.7.9.** 01 – Alojamento Oficiais Superiores
- **5.10.7.10.** 01 – Sala Corregedor PM

Base 2 – Unidade Técnica (11 reservatórios):

- **5.10.7.12.** 01 – Alojamento dos Sargentos
- **5.10.7.13.** 03 – Alojamento dos Oficiais
- **5.10.7.14.** 04 – Alojamento Cabos/Soldados Masculino
- **5.10.7.15.** 01 – Alojamento do Coronel
- **5.10.7.16.** 02 – Alojamento dos Majores

5.10.8. Materiais a Serem Disponibilizados

5.10.8.1. A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários.

5.10.9. Informações Adicionais para Dimensionamento

5.10.9.1. Total de caixas: 23 reservatórios de água.

5.10.10. Garantia do Serviço

5.10.10.1. A administração poderá solicitar reforço da limpeza, que deverá ser executado em até 10 dias após notificação oficial.

5.10.10.2. O prazo de garantia contratual segue as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078 /199

5.11 - Limpeza de Caixa de Inspeção - Total de 10 caixas de Inspeção de Esgoto

Cronograma de Execução

5.11.1. A execução dos serviços de limpeza da caixa de inspeção de esgoto ocorrerá **no mês de junho**, em data a ser definida pela Administração, de acordo com a necessidade do setor demandante e a disponibilidade operacional da contratada.

5.11.2. Execução dos serviços mês de Junho - Realização da limpeza da caixa de inspeção de esgoto, compreendendo a remoção de resíduos, desobstrução, higienização e verificação das condições de funcionamento do sistema.

BASE 1 - Sede - Rua Alfredo Maia, 58, bairro da Luz, São Paulo/SP

05 caixas

LIMPEZA
JUNHO/2026

BASE 2 - Rua Santa Leocádia, 130 – Vila Isolina Mazzei – São Paulo/SP

05 caixas

LIMPEZA
JUNHO/2026

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.9.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.9.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.10. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.10.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.10.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.11. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

a) Para os serviços de higienização de reservatórios de água potável, a fiscalização deverá verificar a execução integral da limpeza, a higienização interna, a retirada de resíduos, as condições de vedação das tampas e a adequada finalização do serviço.

b) Para os serviços de limpeza de caixas de inspeção de esgoto, a fiscalização deverá verificar a desobstrução, a remoção de resíduos, a limpeza interna, a funcionalidade do sistema e a destinação adequada dos materiais retirados.

6.11.1 Verificação da Conformidade do Material/Equipamento: Verifique se o material, técnica e equipamento utilizados pela empresa contratada estão de acordo com as especificações do contrato. Analise a relação detalhada fornecida pela empresa, incluindo marca, qualidade e forma de uso.

6.11.2 Inspeção Visual: Realize inspeções visuais periódicas nas calhas. Verifique se não há vazamentos, corrosões ou sujeira excessiva.

6.11.3 Controle de Qualidade: Monitore a qualidade da limpeza realizada pela empresa por meio de testes apropriados. Garanta que as calhas estejam limpas e livres de obstruções.

6.11.4 Manutenção Preventiva: Verifique o bom funcionamento e a manutenção das calhas realizadas pela empresa contratada. Certifique-se de que não haja acúmulo de resíduos ou sujeira.

Gestor do Contrato

6.12. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 07 (sete) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.8.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.12.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.13.1. o prazo de validade;

7.13.2. a data da emissão;

7.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.13.5. o valor a pagar; e

7.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.17. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto

à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.23.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, serviços comuns, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por **preço global**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.21. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.22. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da , do Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014 Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.23. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.25. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda] Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.26. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. Qualificação Econômico-Financeira

8.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.28.1 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.28.2 Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

Qualificação Econômico-Financeira

8.29. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.30. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.31. Declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base nas informações constantes do edital e seus anexos, sendo facultada a vistoria prévia, caso disponibilizada pela Administração;

8.31.1. O licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) aptidão para execução de serviços compatíveis em características com o objeto da contratação, admitida a soma de atestados.

8.31.2. Quando aplicável à atividade executada, a contratada deverá observar integralmente as normas de saúde e segurança do trabalho, inclusive aquelas relacionadas a trabalho em altura e espaços confinados.8.25.3. A contratada deverá providenciar, quando exigível pela legislação aplicável, a correta destinação dos resíduos gerados na execução dos serviços.

8.32. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional competente, se aplicável;

8.33. Comprovação de experiência em serviços similares por meio de atestados ou certidões emitidos por órgãos públicos ou privados;

8.34. Disponibilização de informações para verificação da autenticidade dos atestados quando solicitado pela Administração.

Outras comprovações

8.35. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado total da contratação é de **R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais)**, conforme Levantamento de preços foi elaborado junto, Pesquisa de **Preços N° 34/2026**.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

São Paulo, 23/03/2026.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MOISES MERCES PINERES



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 08:40:44.

ESP-CORREGEDORIA DA POLICIA MILITAR

Estudo Técnico Preliminar 33/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 057.00152640/2026-78

2. Descrição da necessidade**2.1. Justificativa**

2.1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem como objetivo a contratação de três **serviços distintos**, porém igualmente essenciais para esta Corregedoria PM, somente a limpeza de Calha consta no PCA 2025.

- a) **Manutenção e limpeza periódica de calhas já existentes;**
- b) **Manutenção e higienização de reservatórios de água potável.**
- c) **Limpeza de caixa de inspeção;**

Ambos os serviços são indispensáveis para garantir a adequada funcionalidade da infraestrutura predial, a conservação dos bens públicos e o cumprimento das normas sanitárias e de segurança. A contratação será conduzida conforme os critérios técnicos estabelecidos pela área de Infraestrutura e Meio Ambiente, servindo como instrumento legal para atender às necessidades desta Corregedoria PM.

2.1.2. A **limpeza de calhas** é necessária para assegurar o escoamento adequado das águas pluviais e evitar obstruções que possam comprometer a estrutura dos prédios. A manutenção periódica e corretiva das calhas previne danos estéticos, como manchas em fachadas e infiltrações, além de contribuir para a conservação dos imóveis públicos, ligado à NBR 10844

2.1.3. A **manutenção e higienização dos reservatórios de água potável**, por sua vez, visa garantir a qualidade da água utilizada nas dependências da Corregedoria PM. Trata-se de uma medida fundamental para a saúde dos servidores e visitantes, atendendo às exigências dos órgãos de fiscalização sanitária e às diretrizes legais aplicáveis, **NBR 5626.**

2.1.4 A limpeza de caixa de Inspeção: A limpeza da caixa de inspeção de esgoto é essencial para garantir o funcionamento adequado do sistema de coleta, prevenindo obstruções, extravasamentos de efluentes e mau cheiro, destaca-se sua importância para assegurar a integridade da infraestrutura, a salubridade do ambiente e a conformidade com normas sanitárias. Os principais benefícios incluem a redução de riscos à saúde pública, a prevenção de danos estruturais e a otimização da vida útil do sistema de drenagem, **NBR 8160.**

2.1.5. Desta forma, torna-se necessária a contratação conjunta dos serviços de **limpeza de calhas, higienização de reservatórios de água potável e limpeza de caixas de inspeção**, cada qual com cronograma, técnica e especificações próprias, a fim de garantir o adequado funcionamento da infraestrutura desta Corregedoria PM

2.1.6. Desta forma, torna-se necessária a contratação conjunta dos serviços de **limpeza de calhas, de higienização de reservatórios de água potável, e Limpeza de caixa de Inspeção**, ambos com cronogramas, técnicas e especificações próprios, para garantir o bom funcionamento da infraestrutura desta casa censora.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CH ST LOG	EVERTON QUEIROZ

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O presente estudo objetiva a realização de licitação para serviço de calhas, limpeza de caixa d' água e limpeza de caixa de inspeção, conforme condições, quantidades e exigências, a serem estabelecidas no Termo de Referência, considerando os seguintes requisitos:

- Deverá ser apresentado, alvará de licença de funcionamento;
- Licença ou autorização sanitária;
- Licença Ambiental de Operação;
- Comprovação de destinação ambientalmente correta dos resíduos coletados.

4.1.1. Além disso quanto aos procedimentos durante a execução dos trabalhos os empregados da contratada deverão se apresentar devidamente uniformizados com os equipamentos de proteção individual (EPIs) e devidamente capacitados para realização da atividade em tela.

4.1.2. E ainda, a empresa deverá utilizar máquinas, equipamentos e veículos adequados e em conformidade com os normativos vigentes para a execução dos serviços.

4.2. Natureza da Contratação

Os serviços a serem contratados enquadram-se como **serviços comuns**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo cabível a adoção da modalidade **pregão**, com critério de julgamento pelo **menor preço**.

4.3. Duração Inicial do Contrato

O contrato extinguir-se-á a vigência contratual permanecerá até o término do prazo de garantia dos serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Sustentabilidade

4.4.1. A licitante vencedora, para a execução dos serviços, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber, e, ainda;

4.4.2. A licitante vencedora deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre Resíduos Sólidos, além de estar alinhada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010;

4.4.3. Caberá, ainda, à licitante vencedora, executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA nº 52/2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;

5. Levantamento de Mercado

5.1. Levantamento de Preços

O levantamento de preços para a presente contratação foi realizado com base nas **Pesquisas de Preços nº 34/2026**, que serviu como base técnica e financeira para estimar os valores de mercado. Os serviços a serem contratados são distintos e abrangem:

- **Serviço 1:** Limpeza de calhas e condutores pluviais;
- **Serviço 2:** Limpeza e higienização de reservatórios de água potável.
- **Serviço 3:** Limpeza de caixa de inspeção.

5.2. Escopo da Limpeza de Calhas.

A empresa contratada será responsável pela **limpeza completa das calhas e dos condutores pluviais** existentes nos telhados dos prédios da Corregedoria PM, conforme os quantitativos e especificações descritos neste memorial. O serviço tem como objetivo **garantir o pleno escoamento das águas das chuvas**, prevenindo entupimentos e evitando infiltrações que possam comprometer a estrutura da edificação.

5.3. Inspeção Complementar Durante a Limpeza

Durante os serviços de limpeza das calhas, a empresa deverá inspecionar **possíveis obstruções nos condutores verticais e horizontais**, removendo folhas, poeira e outros detritos acumulados. Todo o material recolhido deverá ser descartado de maneira adequada, de acordo com boas práticas ambientais, **sem qualquer relação com sistemas de esgoto ou resíduos contaminantes**.

5.4. Contratação de Empresa Especializada

A contratação abrangerá **empresa(s) especializada(s)** com experiência comprovada na execução dos seguintes serviços:

- **Limpeza e desobstrução de calhas e condutores de águas pluviais;**
- **Limpeza e higienização de reservatórios de água potável.**
- **Limpeza e de caixa de inspeção de esgoto.**

5.4.1. Vantagens da Contratação Especializada

a) Especialização Técnica:

A empresa contratada deverá demonstrar experiência na execução de ambos os serviços, utilizando **equipamentos apropriados, mão de obra treinada** e técnicas seguras.

b) Atendimento às Normas Técnicas:

A execução dos serviços deverá seguir rigorosamente os parâmetros definidos pela **ABNT NBR 5674:2012 – Manutenção de edificações**, bem como demais regulamentações aplicáveis à **higienização de reservatórios de água e à manutenção predial**.

c) Garantia de Qualidade e Segurança:

A correta execução das limpezas assegura a **qualidade da água potável armazenada** nos reservatórios e **evita danos estruturais** causados pelo entupimento ou acúmulo de sujeira nas calhas.

d) Prevenção de Danos e Manutenção Preventiva:

A manutenção periódica dos sistemas de captação de águas pluviais e dos reservatórios contribui para **prevenir infiltrações, alagamentos e contaminações**, além de **prolongar a vida útil da estrutura predial e garantir saúde e segurança aos usuários** da edificação.

6. Descrição da solução como um todo

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO PARA LIMPEZA DE CALHA

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto:

Área: 754 Metros Lineares

BASE 1 - Sede - Rua Alfredo Maia, 58, bairro da Luz, São Paulo.

Área: 754 Metros Lineares

MAIO	AGOSTO	NOVEMBRO
1ª LIMPEZA	2ª LIMPEZA	3ª LIMPEZA

Área: 346 Metros Lineares

BASE 2 - Rua Santa Leocádia, 130 – Vila Isolina Mazzei – São Paulo/SP

Área: 346 METROS

MAIO	AGOSTO	NOVEMBRO
1ª LIMPEZA	2ª LIMPEZA	3ª LIMPEZA

6.2. Metodologia de Limpeza de Calha

6.2.1. A limpeza de calhas deverá ser realizada de forma a garantir o pleno escoamento das águas pluviais, prevenindo obstruções, infiltrações e danos estruturais. A execução dos serviços observará os princípios da eficiência, economicidade, segurança e adequação à finalidade, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

6.2.2. Planejamento e Segurança Antes do início das atividades, a equipe deverá realizar uma vistoria prévia no local para identificação de pontos críticos, acesso às calhas e presença de resíduos.

Será obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como capacete, luvas, óculos de proteção, botas antiderrapantes, cinturão de segurança tipo paraquedista e talabarte de segurança, conforme normas da NR 6 e NR 35.

A área de trabalho deverá ser devidamente sinalizada e isolada com fita de advertência e placas, prevenindo riscos a terceiros e garantindo a segurança do local.

Em áreas elevadas, o acesso será feito com escadas estabilizadas, andaimes com guarda-corpo ou plataformas elevatórias, conforme a necessidade e em conformidade com as normas regulamentadoras vigentes.

6.2.3. Execução da Limpeza A remoção de resíduos sólidos será feita manualmente, utilizando ferramentas apropriadas, como pás plásticas, espátulas e vassouras, evitando danos às calhas e estruturas adjacentes.

Serão retirados resíduos como folhas, galhos, terra, areia, ninhos, detritos plásticos e outros materiais que possam obstruir o fluxo de água.

Após a limpeza manual, será realizada lavagem com água pressurizada ou mangueiras para garantir a desobstrução completa das calhas e condutores verticais.

Quando necessário, os condutores de descida serão desobstruídos com hastes flexíveis, mangueiras de alta pressão ou equipamentos apropriados.

Os resíduos coletados deverão ser devidamente acondicionados e descartados conforme as normas ambientais vigentes.

6.2.4. Inspeção Final Após a limpeza, será realizada uma inspeção visual e funcional das calhas para verificar a fluidez da água, bem como identificar vazamentos ou danos estruturais.

Deverá ser emitido relatório técnico com registro fotográfico antes e depois da execução, contendo a descrição dos serviços realizados, anomalias detectadas e recomendações de manutenção, quando aplicável.

6.2.5. Periodicidade Em razão das condições específicas do imóvel, como alta concentração de resíduos vegetais e o acúmulo acelerado de detritos, os serviços de limpeza de calha deverão ser executados em uma limpeza no em, maio, novembro de 2026.

Tal frequência visa garantir a manutenção preventiva eficaz do sistema pluvial, evitando transtornos operacionais e estruturais, conforme preconizado pelo planejamento e gestão eficiente dos contratos administrativos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 11, que trata da busca pela melhor relação entre custos e benefícios para a Administração Pública.

6.2.6. Responsabilidades Da contratada:

- Disponibilizar mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos e todos os EPIs necessários.
- Cumprir as normas técnicas e regulamentações aplicáveis.
- Garantir a segurança da equipe e a integridade do imóvel durante a execução dos serviços.

Da contratante:

- Facilitar o acesso aos locais a serem limpos.
- Acompanhar a execução dos serviços, caso julgue necessário.
- Verificar e aprovar os relatórios apresentados, observando o cumprimento das condições contratuais.

6.3. Total das Áreas / Realização do Serviço

6.3.1. Serviço de limpeza de calhas da Corregedoria da Polícia Militar, abrangendo a Sede e o Departamento Técnico, tanto nas áreas externas, totalizando 1100 metros lineares.

6.4. Áreas Abrangidas

6.4.1. Prédio Operacional (Sede e Base II);

6.4.2. Prédio Administrativo (Sede e Base II);

6.4.3. Prédio Motomec e Alojamento de Oficiais Masculinos (Sede);

6.4.4. Prédio Alojamento de Sargentos Masculino Cabos e Soldados, SAF, Unidade Integrada de Saúde (UIS) (Sede);

6.4.5. Área dos alojamentos (Sede e Base II);

6.4.6. Refeitórios (Sede e Base II);

6.4.7. Áreas da academia de musculação, Seção Logística (Sede e Base II);

6.4.8. Demais áreas: estacionamento, garagens e outras (Sede e Base II);

6.4.9. Seção de Permanência (Sede).

6.5. Local e Horário para Execução do Serviço

6.5.1. Locais:

6.5.1.1. Rua Alfredo Maia, 58 - Luz, SP - CEP: 01106-010 (Base I);

6.5.1.2. Rua Santa Leocádia, 130 – Vila Izolina Mazzei – SP – CEP: 02082-000.

6.5.2. Horário: das 07h00 às 17h00 (a ser acordado com a administração).

6.6. Materiais a Serem Disponibilizados

6.6.1. Responsabilidade da contratada: fornecimento de todos os materiais/equipamentos necessários.

6.7. Informações Relevantes para Dimensionamento

6.7.1. Área total do serviço: 3.300 metros lineares (área externa).

6.8. Garantia do Serviço

6.8.1. Se necessário, a administração poderá solicitar reforço na limpeza, a qual deverá ser realizada em data acordada e agendada em até 10 dias após o recebimento da notificação.

6.8.2. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO PARA LIMPEZA DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA

6.9.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.9.1.1. Início da execução do objeto: 15 dias após o recebimento da nota de empenho.

6.9.1.2. A execução do serviço contratado será realizada nas dependências da Corregedoria PM. Os horários deverão ser acertados com a fiscalização para que não haja prejuízos à rotina da unidade nem interrupção do fornecimento de água, preservando a saúde de funcionários civis e visitantes.

6.9.2. Cronograma previsto para execução dos serviços de limpeza de reservatório de água:

BASE 1 - Sede - Rua Alfredo Maia, 58, bairro da Luz, São Paulo/SP - 12 reservatórios

LIMPEZA DE CAIXA DE AGUA
JUNHO 2026

BASE 2 - Rua Santa Leocádia, 130 – Vila Izolina Mazzei – São Paulo/SP - 11 reservatórios

LIMPEZA DE CAIXA DE AGUA
JUNHO 2026

6.9.3. Metodologia de Limpeza de Caixa de Água

6.9.3.1. Materiais a serem disponibilizados.

6.9.3.2. Encher a caixa e verificar a qualidade da água:

6.9.3.2.1. Fechar o registro de saída, abrir a entrada e encher a caixa completamente.

6.9.3.2.2. Após 1 hora:

6.9.3.2.2.1. Testar o cloro residual (deve estar entre 0,5 e 2,0 ppm) com kit de teste.

6.9.3.2.2.2. Enviar amostra para análise bacteriológica em laboratório.

6.9.3.3. Vedação e manutenção preventiva:

6.9.3.3.1. Certificar-se de que a tampa está bem vedada.

6.9.3.3.2. Instalar tela no respiro.

6.9.3.3.3. Frequência de limpeza:

6.9.3.3.3.1. Uma limpeza no mês de Junho.

6.9.3.3.3.2. Ou conforme exigência local.

6.9. A Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades adequadas para a perfeita execução do serviço.

6.9.5. Informações Relevantes para Dimensionamento da Proposta

6.9.5.1. A demanda do órgão considera:

6.9.5.1.1. Limpeza de 23 (vinte e três) reservatórios de água.

6.9.6. Especificação da Garantia do Serviço (Art. 40, §1º, III, da Lei nº 14.133/2021)

6.9.6.1. Uma vez notificada, a Contratada deverá realizar reforço da aplicação dos produtos, se necessário.

6.9.6.2. O prazo de garantia contratual dos serviços será aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.9.7. Total das Áreas/Realização do Serviço

Serviço de limpeza dos 23 reservatórios de água da Corregedoria da Polícia Militar:

Base 1 – Sede (12 reservatórios):

- **6.9.7.1. 01 – Prédio do Operacional**
- **6.9.7.2. 01 – Lava rápido (Motomec)**
- **6.9.7.3. 01 – Alojamento Tenentes/Sargentos Masculino**
- **6.9.7.4. 01 – UIS**
- **6.9.7.5. 02 – Cabos/Soldados Masculino**
- **6.9.7.6. 02 – Logística**
- **6.9.7.8. 01 – Alojamento Subtenentes/Sargentos Feminino**

- **6.9.7.10.** 01 – Prédio da Permanência
-
- **6.9.7.11.** 01 – Copa dos Oficiais
- **6.9.7.12.** 01 – Alojamento dos Capitães
- **6.9.7.13.** 01 – Alojamento Oficiais Superiores
- **6.9.7.1.** 01 – Sala do Corregedor PM

Base 2 – Unidade Técnica (11 reservatórios):

- **6.9.7.16.** 01 – Alojamento dos Sargentos
- **6.9.7.17.** 03 – Alojamento dos Oficiais
- **6.9.7.18.** 04 – Alojamento Cabos/Soldados Masculino
- **6.9.7.19.** 01 – Alojamento do Coronel
- **6.9.7.20.** 01 – Alojamento dos Majores

6.9.8. Materiais a Serem Disponibilizados

6.9.8.1. A contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários.

6.9.9. Informações Adicionais para Dimensionamento

6.9.9.1. Total de caixas: 23 **reservatórios de água.**

6.9.10. Garantia do Serviço

6.9.10.1. A administração poderá solicitar reforço da limpeza, que deverá ser executado em até 10 dias após notificação oficial.

6.9.10.2. O prazo de garantia contratual segue as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078 /1990.

6.10 - Limpeza de Caixa de Inspeção - Total de 10 caixas de Inspeção de Esgoto

Cronograma de Execução

A execução dos serviços de limpeza da caixa de inspeção de esgoto ocorrerá **no mês de junho**, em data a ser definida pela Administração, de acordo com a necessidade do setor demandante e a disponibilidade operacional da contratada.

Execução dos serviços mês de Junho - Realização da limpeza da caixa de inspeção de esgoto, compreendendo a remoção de resíduos, desobstrução, higienização e verificação das condições de funcionamento do sistema.

BASE 1 - Sede - Rua Alfredo Maia, 58, bairro da Luz, São Paulo/SP

05 caixas

LIMPEZA
JUNHO/2026

BASE 2 - Rua Santa Leocádia, 130 – Vila Isolina Mazzei – São Paulo/SP

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As estimativas de quantitativos foram definidas a partir de levantamento técnico realizado nas dependências da Corregedoria PM, considerando a necessidade de manutenção preventiva das instalações.

7.2. Para o serviço de limpeza de calhas, estimou-se a execução de **1.100 metros lineares por ciclo**, distribuídos entre a **Base I (754 metros lineares)** e a **Base II (346 metros lineares)**.

7.3. Considerando a previsão de **3 execuções anuais**, nos meses de **maio, agosto e novembro de 2026**, o quantitativo total estimado corresponde a **3.300 metros lineares**.

7.4. Para o serviço de higienização de reservatórios de água, estimou-se a limpeza de **23 reservatórios**, sendo **12 localizados na Base I e 11 na Base II**, com execução prevista para **junho de 2026**.

7.5. Para o serviço de limpeza de caixas de inspeção de esgoto, estimou-se a execução em **10 unidades**, sendo **5 na Base I e 5 na Base II**, igualmente com previsão de execução em **junho de 2026**.

7.6. Os quantitativos estimados refletem a demanda institucional e a necessidade de preservação das condições adequadas de funcionamento, segurança e salubridade das edificações.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 66.500,00

Estimativa do Valor da Contratação será de **R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Não se faz Necessária.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Somente o serviço de limpeza de calhas está previsto no Plano Anual de Contratações.:

11.1.1. Garantir e desenvolver a infraestrutura da Corregedoria PM.

11.1.2. Manter a regularização das edificações.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Benefícios a Serem Alcançados com a Presente Contratação

12.1. Espera-se obter os seguintes resultados com a presente contratação, que contempla **três serviços distintos**:

(I) **limpeza de calhas**, e

(II) **limpeza e higienização de reservatórios de água potável**:

(III) - **limpeza de caixa de Inspeção**.

- Manter a adequada salubridade das instalações, evitando o acúmulo de detritos nas calhas e a proliferação de vetores de doenças.
- Assegurar a qualidade da água consumida na unidade por meio da higienização periódica dos reservatórios de água potável, prevenindo contaminações e doenças de veiculação hídrica.
- Promover a manutenção da qualidade sanitária desta Corregedoria PM, garantindo calhas desobstruídas e reservatórios higienizados conforme normas técnicas e sanitárias vigentes.
- Dar condições para que a Corregedoria PM mantenha seus alvarás sanitários e ambientais atualizados, realizando a manutenção periódica das calhas e reservatórios de água de acordo com a legislação pertinente.

O presente Projeto visa dar continuidade à Política de Gestão pela Qualidade implementada na Organização Policial Militar, alinhada aos objetivos estratégicos traçados pelo Alto Comando. Busca, neste contexto, proporcionar ao público interno e externo — incluindo visitantes e funcionários de empresas terceirizadas — melhoria contínua na qualidade de vida, nas condições de trabalho e segurança sanitária.

12.1.1. Beneficiados

Serão diretamente beneficiados **todos os policiais militares e funcionários civis** que atuam nas dependências da Corregedoria PM, bem como os **Policiais Militares de outras unidades e civis que utilizam os espaços da instituição**.

12.1.2. Descrição dos Serviços

12.1.2.1. Limpeza de Calhas

A empresa contratada será responsável pela execução do serviço de limpeza e desobstrução das calhas e canos condutores, removendo resíduos acumulados como folhas, galhos e detritos, prevenindo entupimentos, infiltrações e a proliferação de insetos, especialmente mosquitos vetores de doenças.

12.1.2.2. Limpeza de Reservatórios de Água Potável

Consiste na limpeza, desinfecção e higienização dos reservatórios de água potável, garantindo o fornecimento de água em condições sanitárias adequadas para consumo e uso geral. Serão observados os padrões de qualidade determinados pela legislação sanitária vigente. |

12.1.2.3 Limpeza de caixa de Inspeção.

A limpeza da caixa de inspeção de esgoto é essencial para garantir o funcionamento adequado do sistema de coleta, prevenindo obstruções, extravasamentos de efluentes e mau cheiro, destaca-se sua importância para assegurar a integridade da infraestrutura, a salubridade do ambiente e a conformidade com normas sanitárias. Os principais benefícios incluem a redução de riscos à saúde pública, a prevenção de danos estruturais e a otimização da vida útil do sistema de drenagem

12.1.3. Execução dos Serviços e Cronograma

12.1.3.1. A Contratada deverá executar os serviços descritos nos locais estabelecidos, utilizando pessoal capacitado, produtos e equipamentos adequados, sob sua inteira responsabilidade.

12.1.3.2. Para controle da execução, será exigido cronograma físico detalhado com as datas previstas, tipo de serviço (calhas ou reservatórios), locais e valores correspondentes.

12.1.3.3. A Contratada realizará três execuções da limpeza de calha, uma da limpeza de caixa d'água, uma da limpeza das caixas de inspeções de esgoto, ao longo do período contratual, com periodicidade definida conforme planejamento da Administração. A execução dos serviços observará o cronograma físico definido pela Administração, conforme a natureza e a periodicidade específica de cada item contratado

12.1.3.4. A Administração Pública definirá o cronograma detalhado conforme necessidade, obedecendo às diretrizes da Ata de Registro de Preços.

12.1.3.5. Havendo ineficácia na execução, a Contratada deverá refazer o serviço no prazo estipulado, sem custos adicionais à Contratante.

12.1.3.6. A Contratada se compromete a garantir a durabilidade dos serviços prestados por até 30 (trinta) dias após a última execução, conforme as exigências contratuais.

12.1.4. Produtos, Equipamentos, Ferramentas e Instrumentos

12.1.4.1. Será de inteira responsabilidade da Contratada o fornecimento dos produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários para a perfeita execução de ambos os serviços.

12.1.4.2. Os produtos utilizados deverão ter registro em órgão competente e não oferecer risco à saúde humana. Os equipamentos e utensílios deverão estar em perfeito estado de uso.

12.1.4.3. Todos os materiais e equipamentos de propriedade da Contratada deverão estar devidamente identificados para evitar confusão com os bens da Contratante.

13. Providências a serem Adotadas

13. Administração e Execução dos Serviços.

A administração, após a finalização do processo de aquisição, deverá realizar orientações com o(s) responsável(is) pelo recebimento do serviço contratado. A empresa deverá ser notificada para início da atividade. O acompanhamento deve ser realizado durante e após a realização do serviço, garantindo a apresentação das comprovações necessárias por parte da empresa contratada, assim como a plena liquidação das obrigações por parte da contratante após o ateste dos serviços prestados.

13.1. Obrigações e Responsabilidades da Empresa Contratada

13.1.1. Para a prestação dos serviços, são responsabilidades/obrigações da Empresa:

13.1.2. Designar um profissional (nome e telefone) para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar no tocante à atuação dos trabalhadores, o qual reportar-se-á diretamente à Fiscalização contratual.

13.1.3. Obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI.

13.1.4. Comunicar, por escrito, imediatamente, ao gestor, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

13.1.5. Designar para a execução dos serviços somente profissionais habilitados.

13.1.6. Apresentar Relatório dos Serviços com fotos antes e depois, juntamente com a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondentes, informando, discriminadamente: locais, datas do início e término da limpeza e higienização das calhas, a fim de possibilitar o atestado de execução dos serviços pelo Gestor do Contratante.

13.1.7. Executar todos os serviços com obediência às normas de segurança e medicina do trabalho e com esmero e correção, refazendo tudo quanto for impugnado pela Fiscalização do CONTRATANTE.

13.1.8. Fixar em local visível o "comprovante de execução dos serviços" imediatamente após a execução dos trabalhos.

13.1.9. Emitir em até 2 (dois) dias úteis após a conclusão dos serviços, um relatório final detalhando todas as atividades realizadas e quaisquer observações relevantes.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratada deve cumprir com rigor os critérios ambientais estabelecidos em normas, no guia nacional de licitações sustentáveis disponibilizado pela AGU e nas Instruções Normativas nº 01/2010 e 02/2014 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em especial.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Da Viabilidade

A execução dos referidos serviços mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, econômico e sanitário:

- **Viabilidade Técnica:** Trata-se de serviços de natureza comum, com procedimentos padronizados e largamente disponíveis no mercado. Empresas especializadas possuem equipamentos adequados (hidrojateadores, sistemas de sucção, produtos específicos) e mão de obra capacitada para realizar os serviços de forma segura e eficiente, respeitando as particularidades das edificações da Corregedoria.
- **Viabilidade Operacional:** Os serviços podem ser executados em horários estratégicos (preferencialmente em dias de menor movimento ou em períodos alternativos) para não interferir no funcionamento regular da Corregedoria. A adoção de cronograma prévio e a supervisão por servidor designado garantem a adequada execução e o cumprimento das especificações contratuais.
- **Viabilidade Econômica:** A contratação preventiva desses serviços mostra-se mais vantajosa economicamente do que a realização de reparos emergenciais decorrentes da falta de manutenção (como troca de telhados, recuperação de forros, tratamento de infiltrações, reformas em banheiros e sistemas hidráulicos). Além disso, a limpeza periódica dos reservatórios evita custos com fornecimento de água mineral em larga escala e reduz riscos de afastamento de servidores por doenças de origem hídrica.
- **Viabilidade Sanitária e Ambiental:** A execução atende aos preceitos legais de vigilância sanitária e ambiental, promovendo a salubridade do ambiente institucional. A destinação adequada dos resíduos gerados (lodo, detritos, efluentes) fica a cargo da contratada, conforme as normas ambientais vigentes, o que assegura conformidade legal e responsabilidade socioambiental.

3. Do Benefício Esperado

A realização integrada dos três serviços proporcionará:

- Preservação da estrutura física do imóvel;

- Garantia da qualidade da água consumida no órgão;
- Prevenção de riscos sanitários e epidemiológicos;
- Melhoria das condições de trabalho e atendimento ao público;
- Conformidade com as normas de segurança, saúde e meio ambiente;
- Redução de despesas futuras com manutenções corretivas de grande porte.

4. Da Conclusão

Diante do exposto, resta demonstrada a **viabilidade e a necessidade premente** da contratação dos serviços de limpeza de calhas, limpeza de reservatórios de água e limpeza de caixa de inspeção de esgoto para esta Corregedoria da Polícia Militar, recomendando-se a adoção das providências administrativas cabíveis para a contratação do serviço especializado.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MOISES MERCES PINERES

Aux. Sec Log



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 08:40:59.



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFEM - 2026NE000XX

UG	180184 - CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR		
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO		
Data de Emissão	XX/06/2026		

CNPJ/CPF/UG	XXX.XXX.XXX-XX		
Credor	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXI		
Endereço	RUA XXXXXXXXXXXX, XX		
Cidade	SÃO PAULO	UF	SP
		CEP	01106-010

Origem Material	
-----------------	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
400098	18004		150010001	33903979	180013	000.000.0100	180402

No Processo	20260413638	Acordo	
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	
Licitação	07 - PREGÃO	Modalidade	5 - GLOBAL
Empenho Orig.		Nº Contrato	Nº OC

Valor do Empenho R\$	XX.XXX,XX
----------------------	-----------

Cronograma					
	<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td>06</td><td>XX.XXX,XX</td></tr></table>	Mês	Valor	06	XX.XXX,XX
Mês	Valor				
06	XX.XXX,XX				

Item: 001	Unidade de Medida		Quantidade	0001	Preço Unitário		Preço Total	
Total ou Valor a Transportar R\$		XX.XXX,XX						
Local de Entrega		RUA: ALFREDO MAIA, 58 - LUZ - SÃO PAULO/SP						
Data de Entrega		XX/03/2025						

MOISES EMIDIO DOS SANTOS
175.352.078-35
Ch Seq Desp Orç e Cust

LEANDRO GARCIA SOUZA
179.986.458-81
Ordenador da Despesa

Responsável pela emissão	
--------------------------	--



RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal, RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184**



I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184**



- 1 - a falha escusável do licitante ou contratado;
- 2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
- 3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;
- 4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184**



I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no caput deste artigo será:



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

- a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;
- b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

- a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;
- b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184**



III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no caput será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

- I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184**



II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único – Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184**



- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

- I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;
- II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo – nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184**



§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

- 1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.
- 2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 – À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184**



§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184**



Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184**



Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o caput deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184**



Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR
UGE 180184



ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 184/0012/26

PROCESSO SEI Nº 057.00212223/2026-91

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20260413638

EMPRESA:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
CNPJ:
E-mail: _____

serviço de limpeza de calhas e condutores pluviais, higienização de reservatórios de água potável e limpeza de caixas de inspeção de esgoto da CORREGEDORIA PM, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento para atender as necessidades da Corregedoria PM.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	MEDIDA POR LIMPEZA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Manutenção de silos e Calhas	2496	METRO LINEAR (3 limpezas, mai-ago-nov)	3300	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
2	Manutenção / Higienização de Reservatório de Água Potável	13595	Unidade	23	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX

3	Limpeza de Fossa / Esgoto / Boca de Lobo / Caixa de Inspeção	16527	Unidade	10	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
TOTAL					R\$ XX,XX	R\$ XX,XX

Validade da proposta: 60 dias



**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA DA POLÍCIA MILITAR**



UGE 180184

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO N° 184/0012/26

PROCESSO SEI N° 057.00212223/2026-91

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 20260413638

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)